

A coprodução como uma abordagem participativa na Gestão Urbana: uma revisão da literatura

LETÍCIA BELCHIOR DOS SANTOS NÓBREGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

A coprodução como uma abordagem participativa na Gestão Urbana: uma revisão da literatura

1 INTRODUÇÃO

No contexto complexo e dinâmico das cidades, a gestão urbana surge como uma organização estratégica necessária, operando de modo a observar o funcionamento da cidade como um todo (Borges, 1998; Mostagi, Mansano, 2019). As relações múltiplas e conflitantes presentes no espaço urbano, as quais envolvem, por exemplo, população, segurança e economia, desafia gestores públicos e cidadãos a atender uma demanda de necessidades sociais diversas (Mostagi, Mansano, 2019). Assim, diferentes estratégias são exploradas na intenção de produzir serviços públicos satisfatórios, com o uso responsável dos recursos públicos e o fomento de uma gestão democrática e participativa (Nyseth, Ringholm e Agger, 2019).

A coprodução, então, se apresenta como um meio de transformar o modelo tradicional de produção do serviço público, quebrando as barreiras que determinam o agente público como único produtor responsável, permitindo a produção de bens e serviços, sendo eles tradicionais, não tradicionais, e nas mais diversas áreas da sociedade, através de um compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, atores privados e cidadãos (Pestoff *et al.*, 2011; Salm, 2014; Nabatchi, 2017). O meio urbano, que articula essas diversas áreas, é, portanto, percebido como um ambiente propício à prática da coprodução, a qual oportuniza os cidadãos a se envolverem voluntariamente na construção do futuro das comunidades em que habitam, mediante uma colaboração mútua.

O desejo por uma urbanização inclusiva e sustentável já é um direcionamento incentivado pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável fixa 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem trilhados pelas nações, dos quais especificamente o Objetivo 11 retrata a necessidade mundial de motivar o desenvolvimento de habilidades que promovam uma gestão urbana participativa (ONU, 2015), ressaltando a relevância e atualidade da temática.

Diante do exposto e com a necessidade de compreender a relação entre coprodução e gestão urbana, a pergunta norteadora do presente trabalho é: Como ocorre o envolvimento da sociedade civil na gestão urbana à luz da coprodução? Assim, o objetivo de pesquisa é compreender o envolvimento da sociedade civil na gestão urbana à luz da coprodução. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, mediante realização de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), para entender como essa relação já está sendo efetivada no mundo de forma empírica, utilizando-se do protocolo PRISMA (Page *et al.*, 2021).

O alcance do objetivo de pesquisa deste estudo produz contribuições em dois sentidos: contribuição teórica, ampliando o conhecimento acerca da coprodução na gestão urbana, e contribuição social, apresentando modelos aplicáveis da gestão urbana coproduzida abordados na literatura existente, possibilitando, assim, a replicação e vivência de tais modelos nas mais diversas realidades urbanas.

A partir desta introdução, segue-se a estrutura desse trabalho para uma sessão de fundamentos teóricos, contemplando definições a respeito da coprodução e da gestão urbana. Na sequência, apresenta-se o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, para que na quarta sessão haja a apresentação e discussão dos resultados. Por fim, apresentam-se as conclusões do estudo, incluindo limitações e indicações de estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A GESTÃO URBANA

Embora não haja consenso acerca da conceituação do urbano e das cidades, denotando uma lacuna teórica no contexto dos estudos urbanos (Castells, 1974; Jazar e Ultramari, 2024), Muhamad Khair, Lee e Mokhtar (2020) consideram as cidades, ainda que complexas, como “a plataforma que contribui para o desenvolvimento sustentável”. A cidade é marcada por constantes transformações e, em sua complexidade, é afetada por diversos fatores, sejam eles sociais, econômicos ou até mesmo ambientais, os quais contribuem com a ocorrência de muitos problemas, como aqueles atrelados a infraestrutura urbana, acesso a serviços básicos (educação, saúde, assistência social, segurança, transporte etc.), capacitação em relação a novas atividades econômicas, entre outros (Ismail e Wilhelmsson, 2024; Llamosa, 2023; Muhamad Khair, Lee e Mokhtar, 2020).

A gestão urbana, então, se torna fundamental para a sustentabilidade das cidades no enfrentamento dos desafios e problemas nelas encontrados, surgindo como uma formalização da organização do espaço urbano, se tornando, portanto, uma característica intrínseca à cidade (Granjeiro, 2019; Castells, 1974). Segundo Silva e Procopiuck (2019), a gestão urbana atuou por muito tempo no escopo físico e territorial das cidades, com o objetivo de viabilizar serviços sociais, bem como de tratar da infraestrutura básica. Nesse sentido, alguns dos segmentos de atuação da gestão urbana estão apresentados na Figura 1.

Figura 1
Segmentos da Gestão Urbana



Fonte: Adaptado de Sousa e Qualharini, (2022) e Granjeiro (2019)

Como parte do sistema urbano, o qual se propõe a articular e organizar as relações da estrutura social existente na unidade espacial (cidade) (Castells, 1974), a gestão urbana é apontada por Granjeiro (2019) como sendo de responsabilidade do município. Nesse contexto, Muhamad Khair, Lee e Mokhtar (2020) afirmam que a participação pública é essencial na construção de um espaço urbano sustentável. A respeito disso, Santos (2006) desenvolve o conceito de “território vivido”, denotando que a organização das cidades tem como agente ativo os sujeitos que nela habitam, a partir dos seus modos de se relacionar com esse espaço, afetando diretamente a construção do espaço urbano (Koga, 2003). O próximo tópico discute melhor acerca da participação dos cidadãos nos serviços públicos.

2.2 A PARTICIPAÇÃO CIVIL E A COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Pensar sobre cidades e o papel dos moradores na construção do ambiente urbano nos remete ao conceito de cidadania. Segundo Caldas e Cavalcante (2023), cidadania está atrelada ao envolvimento dos indivíduos com o ambiente em que vivem, transformando e sustentando suas comunidades em prol do bem-estar coletivo. Abrange o sentimento de pertencimento, de comunidade, que atribui ao indivíduo obrigações e direitos civis, econômicos e políticos (Guarinello, 2016). Nesse contexto, o conceito de cidadania ativa surge de modo a incentivar a participação cidadã para além de direitos e deveres políticos vinculados ao pertencimento comunitário, conferindo ao cidadão a possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, inclusive no contexto urbano (Benevides, 1991; De Souza Silva, 2023).

Por sua vez, a participação, compreendida como um valor humano e uma prática social, que engloba todos os aspectos da vida social, é um conceito fundamental quando se trata da democratização da sociedade (Schommer, Tavares, 2017). À vista disso, pode-se afirmar que a participação civil, atuante não só na formulação, mas também na execução de políticas, contribui para a constituição de um modelo não-hierárquico de governo (Jacobi, Sinisgalli, 2012). Nessa perspectiva, uma ferramenta que vem sendo inserida no universo da participação civil é a coprodução, atuante nos mais diversos âmbitos da sociedade, como saúde, educação, meio ambiente, segurança, mobilidade urbana, dentre outros (Schommer e Tavares, 2017).

Embora seja uma prática desenvolvida nos anos de 1970, a coprodução é apontada como uma tendência do século XXI para a Administração Pública, enfatizando o papel do indivíduo na sociedade, sendo ele parte ativa na solução dos problemas sociais (Chaebo e Medeiros, 2017; Gouveia Junior, 2021). Assim, os cidadãos não são encarados apenas como eleitores-clientes, mas como parceiros, capazes de apoiar o Estado no melhor uso de bens e recursos, contribuindo conjuntamente para alcançar melhores resultados (Loeffler, 2020).

Nabatchi *et al.* (2017), em busca de uma melhor compreensão e operacionalização da temática, desenvolveram uma matriz 3x4 para auxiliar as análises empíricas refletindo sobre quem, quando e o quê da coprodução. Os autores dividem o termo em duas partes: i) “co”, que se refere aos atores envolvidos na coprodução, que podem ocorrer em três níveis - individual, grupal e coletivo e; ii) “produção”, se tratando ao ciclo dos serviços, destacando quatro fases: comissionamento, design, entrega e avaliação. A Tabela 1 descreve a tipologia da coprodução desenvolvida pelos autores supracitados.

Quadro 1

Construção de uma tipologia de coprodução

Coprodução	
“Conceito guarda-chuva que captura uma ampla variedade de atividades que pode ocorrer em qualquer fase do ciclo do serviço público e em que atores estatais e atores leigos trabalham juntos para produzir benefícios” (Nabatchi <i>et al.</i> , 2017, p. 769)	
Níveis de coprodução	
Individual	Um ator estatal e um ator leigo trabalham diretamente, de modo que o ator leigo é pessoalmente beneficiado em maior parte.
Grupal	Um ou mais atores estatais trabalham direta e simultaneamente com um grupo ou categoria de atores leigos, com o intuito de desenvolver interesses comuns.
Coletiva	Um ou mais atores estatais trabalham em conjunto com vários atores leigos para tratar de assuntos de interesse coletivo.
Fases do ciclo do serviço	
Co-comissionamento	Fase prospectiva, que descreve um conjunto de atividades estratégicas e que objetivam identificar e priorizar serviços públicos, definir o que deve ser entregue e determinar quais resultados devem ser alcançados.

Co-design	Implementado de forma prospectiva ou simultânea. Consiste em atividades que permitam que a experiência dos usuários-beneficiários possa contribuir para aprimorar o entendimento dos atores estatais acerca da maneira mais eficaz de se desenhar serviços capazes de atender às necessidades da população.
Co-entrega	Ocorre quando há atividades conjuntas entre os atores estatais, os usuários e outros agentes para fornecer diretamente serviços públicos ou melhorá-los, simultaneamente à prestação dos serviços.
Co-avaliação	Fase retrospectiva, mas seus resultados podem ser usados para melhorar os serviços públicos no futuro. Envolve tanto atores governamentais e usuários-beneficiários na avaliação da qualidade dos serviços públicos.

Fonte: Adaptado de Nabatchi *et al.* (2017).

A tipologia de Nabatchi *et al.* (2017) fornece clareza terminológica capaz de descrever e definir variações de coprodução, por isso, será escolhida para apoiar o alcance do objetivo desta pesquisa. Segundo os autores, essa tipologia permite que os profissionais identifiquem formas de coprodução e selecionem o tipo mais alinhado aos seus objetivos e propósitos. Essa descrição da coprodução facilita o exame e comparação de casos e experiências de coprodução, inclusive na gestão urbana, contribuindo para melhorias na avaliação, transparência e comunicação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo optou por uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. O método escolhido foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), do tipo meta-síntese tendo em vista o mapeamento das produções e conceitos a respeito da relação entre a coprodução e a gestão urbana para melhor compreensão do fenômeno (Siddaway; Wood; Hedges, 2019).

Em consonância, aplicou-se o protocolo PRISMA 2020 como forma de proporcionar criticidade e rigor para a revisão da literatura. O protocolo objetiva a construção de um fluxograma, o qual identifica os estudos encontrados e apresenta o processo de seleção dos estudos que estarão inseridos na análise de resultados da RSL (Page *et al.*, 2021). Ademais, o protocolo de Tranfield *et al.* (2003) também será utilizado no presente trabalho. O modelo constitui-se em três fases: 1) Planejamento da Revisão; 2) Condução da Revisão; e 3) Relatório de todo o processo realizado. Segue o detalhamento de cada fase.

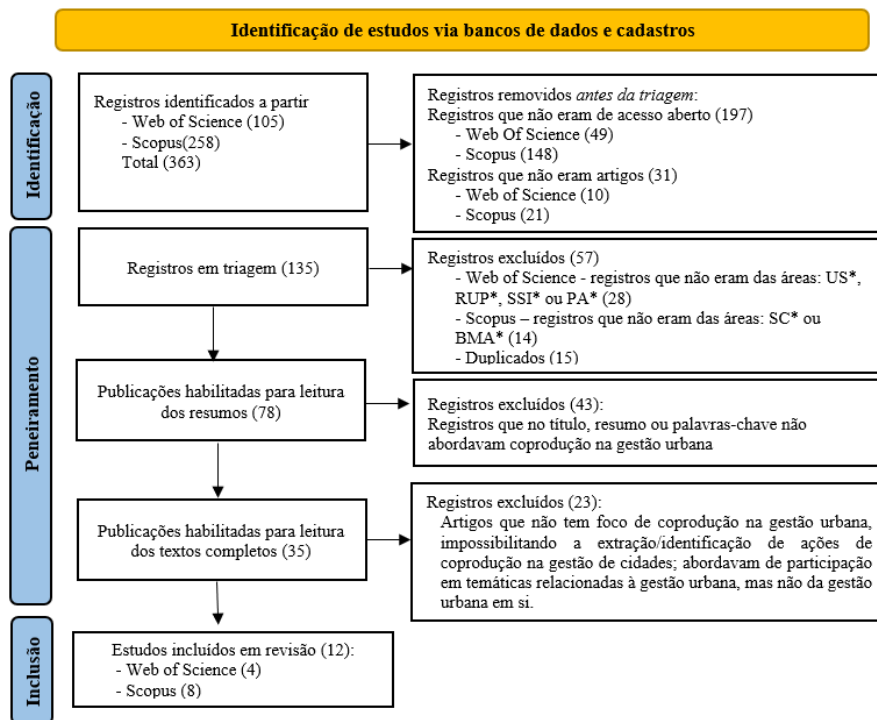
3.1 Fase I: Planejamento

Durante a fase de planejamento, a problemática da pesquisa foi construída, por meio da identificação da necessidade da pesquisa a partir da elaboração de questões norteadoras para o direcionamento da RSL realizada. De acordo com o objetivo de pesquisa traçado, as perguntas que norteiam o estudo são: Em quais segmentos da gestão urbana a coprodução acontece de forma evidente? Quais os tipos e níveis de coprodução identificados nos estudos empíricos a respeito da gestão urbana? Quais os desafios da coprodução na gestão urbana identificadas na revisão dos artigos? A partir dessas questões, o estudo foi conduzido de modo a respondê-las.

3.2 Fase II: Condução da RSL

Esta etapa consiste na aplicação do protocolo PRISMA 2020, com o objetivo de afunilar e selecionar os artigos que serão sujeitos de pesquisa na presente RSL. Dessa forma, foram definidas as palavras-chave e os critérios de exclusão para direcionamento da pesquisa, além da leitura dos resumos e posteriormente dos trabalhos completos a serem analisados e selecionados. A aplicação do PRISMA neste estudo é detalhada na Figura 2.

Figura 2
Aplicação do Protocolo PRISMA 2020



Fonte: Elaboração própria com base em Page *et al.* (2021)

Nesta fase metodológica, foram realizadas buscas por artigos que tratassem ações de coprodução no âmbito da gestão urbana, nas principais bases de dados na área de Administração, Web of Science (07/03/2024) e Scopus (10/03/2024). As palavras-chave utilizadas para busca em ambas as bases de dados foram: ("*co-production*" or "*active citizenship*" or "*citizenship participation*" or "*active participation*") and ("*urban management*" or "*urban planning*" or "*city management*"). Em um primeiro momento, os filtros de busca "Acesso Aberto" e "Tipo de Documento" foram aplicados, visando excluir os documentos de acesso fechado e que não se qualificavam como artigo.

Em se tratando do processo de triagem em si, optou-se por utilizar filtros por áreas de estudos nas bases de dados selecionadas, com a finalidade de obter resultados de busca que fossem corresponder ao objetivo do estudo. As áreas de estudo buscadas, apesar de distintas em cada base, abrangem a temática da pesquisa, no que se refere à gestão urbana, gestão pública e administração. Na Web of Science, portanto, as seguintes áreas de estudo foram aplicadas: *Urban Studies* (US* - Estudos Urbanos), *Regional Urban Planning* (RUP* - Planejamento Urbano Regional), *Social Science Interdisciplinary* (SSI* - Interdisciplinar em Ciências Sociais), e *Public Administration* (PA* - Administração Pública). Já na Scopus, as áreas de estudo foram: *Social Science* (SC* - Ciências Sociais), e *Business, Management and Accounting* (BMA* - Negócios, Gestão e Contabilidade). É válido ressaltar que, para que o estudo obtivesse maior abrangência de resultados de busca e, conseqüentemente, de análise, não foram restringidos ano, país e idioma.

Finalizado o levantamento dos registros, os títulos, resumos e palavras-chave de cada artigo foram lidos, excluindo aqueles que não tratassem da gestão urbana coproduzida, restando 35 artigos selecionados para leitura completa. Vale salientar que, para fins de seleção e análise dos artigos, o presente estudo considerou por "coprodução na gestão urbana" as ações de participação e envolvimento social voluntário na prestação de serviços públicos das mais

diversas áreas de atuação da gestão de cidades, seja a nível de idealização/planejamento ou mesmo na entrega desses serviços.

Dentre os 35 artigos elegíveis para leitura completa, foram excluídos aqueles que abordavam apenas um dos construtos pesquisados (coprodução ou gestão urbana), tendo em vista que o estudo desenvolvido foca na interação entre ambos. Ademais, artigos que tratavam como objetivo principal a respeito de teorias científicas relacionadas à gestão urbana, tais como cidades inteligentes, resiliência urbana/cidades resilientes, inteligência cidade-regional, sustentabilidade, soluções baseadas na natureza, mas não discutiam a respeito das práticas e segmentos da gestão urbana, ou mesmo da participação civil nessas práticas, também foram excluídos.

Nesse sentido, 12 artigos foram selecionados para leitura aprofundada e análise. Para melhor visualização dos resultados, foi realizada a codificação dos artigos selecionados, a qual será apresentada a seguir: A1 - Kleinhans, Falco E Babelon (2022); A2 - Hoffman (2022); A3 - Nyseth, Ringholm E Agger (2019); A4 - Croese, Dominique E Raimundo (2021); A5 - Moretto *et al.* (2018); A6 - Derbal e Tachrift (2022); A7 - Parker, Lynn e Wargent (2017); A8 - Satorrasa *et al.* (2020); A9 - Parker, Lynn e Wargent (2015); A10 - Frediani e Cociña (2019); A11 - Muhamad Khair, Lee e Mokhtar (2020); A12 - Hansson (2018).

Os 12 (doze) artigos foram lidos em sua íntegra, objetivando extrair quais as práticas de coprodução mais evidentes na gestão de cidades identificadas na literatura para, então, classificá-las quanto à tipologia de coprodução proposta por Nabatchi *et al.* (2017) e, por fim, identificar lacunas de pesquisa sobre a temática. Os resultados apresentados demonstram o que já se conhece a respeito de coprodução no âmbito da gestão urbana, possibilitando um delineamento de desafios teóricos e práticos encontrados no segmento estudado.

3.3 Fase III: Relatório da RSL

A fase III corresponde à apresentação e análise dos achados da RSL, que serão compilados no tópico 4 Análise e Discussão dos Resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Segmentos da Gestão Urbana que evidenciam práticas de coprodução

A complexidade conceitual e epistemológica da gestão urbana dá ao seu campo de estudo um caráter subjetivo que dificulta o mapeamento teórico de seus segmentos. Se tratando da presença da coprodução como fenômeno aplicável e potencializador de melhores condições urbanas (Hoffman, 2022), é importante identificar as áreas de ênfase de ações participativas no contexto da gestão urbana, visando uma melhor compreensão de como a coprodução se apresenta neste campo de estudo. Nesse sentido, o apontamento das esferas de atuação da gestão urbana por Sousa e Qualharini (2022) e Granjeiro (2019), apesar de úteis para o direcionamento teórico da pesquisa, traz de forma limitada o que se apresenta na prática da gestão de cidades. As análises desta pesquisa possibilitaram não só a identificação da coprodução na gestão urbana, mas também a compreensão de uma maior abrangência no que tange os seus segmentos.

Ainda que não haja consenso na literatura a respeito das esferas de atuação na administração de cidades, a análise dos artigos identificou a participação da sociedade civil na prestação de serviços nos seguintes segmentos da gestão urbana: Planejamento Urbano, Mobilidade Urbana, Planejamento do Uso do Solo, Gestão de Resíduos, Segurança Pública, Saneamento, Abastecimento de Água, Jurisdição, Planejamento de Bairros, Planejamento climático urbano, Habitação, Sustentabilidade. Tais segmentos estão ilustrados na Figura 3.

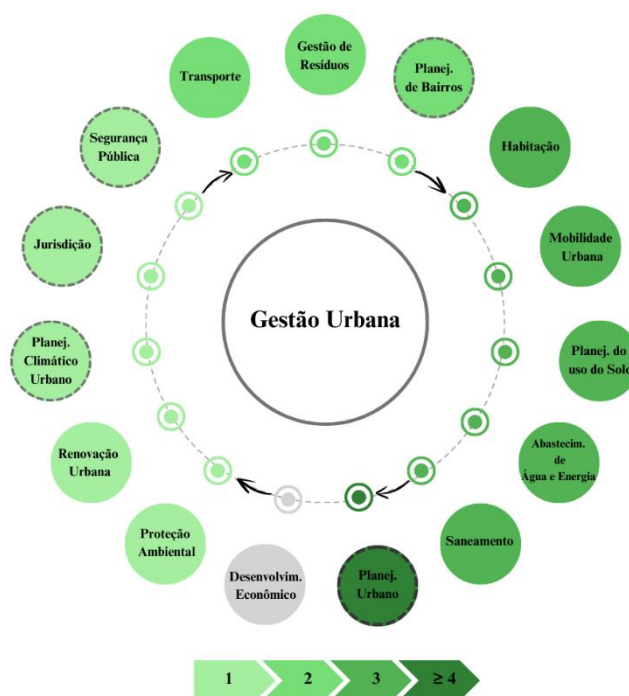
A Figura 3 propõe uma abordagem teórica a respeito dos segmentos da gestão urbana encontrados a partir da literatura estudada, além de uma identificação visual sobre a intensidade da presença de ações de coprodução observada em cada segmento. Inicialmente, a

representação figurada adiciona ao levantamento das esferas de atuação da gestão urbana, sugerido por Sousa e Qualharini (2022) e Granjeiro (2019), novos segmentos abordados na amostra coletada no presente trabalho. Tais segmentos adicionados são identificados pelas bordas tracejadas nas esferas.

Quanto à presença da coprodução em cada segmento, optou-se pela construção de uma escala crescente de tons verdes, em que a cor enumerada como 1 indica a presença de participação social voluntária no respectivo segmento em apenas um dos artigos da amostra, se sucedendo, assim o princípio até chegar no tom mais escuro de verde, enumerado como 4, indicando 4 ou mais menções de coprodução acerca do determinado segmento. A figura 3 ainda aponta na cor cinza a esfera a qual representa a não identificação de registros de coprodução no seu respectivo segmento nos artigos que compõem a seleção da RSL conduzida.

Figura 3

Segmentos da gestão urbana identificados nos estudos



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em termos da análise realizada, inicialmente, destaca-se a observação da sustentabilidade como temática relevante e bastante presente no contexto da gestão urbana abordada pelos artigos, podendo classificá-la como uma área transversal, tratada pela maioria dos autores como um objetivo maior da gestão de cidades participativa. Posto isso, a seguir, os três principais segmentos abordados pelos autores, sendo eles “planejamento urbano”, “saneamento” e “abastecimento de água”, particularmente, serão aprofundados.

Foi observado que o *planejamento urbano* é uma das principais áreas da gestão urbana coproduzida. Derbal e Tachrift (2022) afirmam que o planejamento urbano surgiu como uma estratégia de organização do processo histórico de expansão das cidades, apontando-o como uma das formas mais eficazes de controle do crescimento desordenado do território urbano (Dahdouh *et al.*, 2018). De acordo com Hoffman J. (2022), a participação comunitária no planejamento urbano é essencial, tendo em vista que o planejamento envolve um processo de tomada de decisões que impactam diretamente a vida dos cidadãos.

Frediani e Cociña (2019) tratam a participação cidadã no planejamento urbano como uma ferramenta essencial para a promoção de intervenções urbanas mais eficazes, sustentáveis e democráticas, transbordando as questões de governança para além da esfera urbana. Em suma, o envolvimento do indivíduo como cidadão no planejamento urbano indica que os planos e projetos urbanos advêm de negociações entre as autoridades governamentais (gestores/prestadores dos serviços) e a sociedade (clientes/consumidores) (Derbal e Tachrift, 2022).

A participação social, então, confere ao planejamento urbano melhor capacidade de resposta às necessidades locais, além de um senso de inclusão e coesão social no contexto da cidade. Assim, as experiências locais obtidas pelos cidadãos em sua vivência são reconhecidas em sua devida importância no delineamento de planos futuros para a cidade (Hansson, S., 2018). A coprodução é uma forma de participação, inserida nesse contexto como uma abordagem mais comunicativa e colaborativa, potencializando a promoção de uma partilha de poder mais eficaz (Hoffman, 2022; Kleinhans, Falco e Babelon, 2022).

Mediante análise da literatura, pode-se afirmar que o planejamento urbano é uma grande área de atuação da gestão urbana que, por sua vez, engloba diversas outras áreas de influência. Nele, aspectos e situações de áreas distintas da gestão de cidades podem ser abordados e discutidos de forma colaborativa, como questões de mobilidade urbana, habitação, regeneração urbana, planejamento do uso do solo, gestão de resíduos, transportes, distribuição de água e saneamento e segurança pública (Hoffman, 2022; Nyseth, Ringholm e Agger, 2019; Croese, Dominique e Raimundo, 2021; Derbal e Tachrift, 2022; Frediani e Cociña, 2019).

O planejamento urbano conta com diversos instrumentos que mediam a participação da sociedade civil. Os autores abordam não só os instrumentos tradicionais, tais como reuniões presenciais, workshops, auditorias, oficinas de diálogo, que, por vezes, são estimulados pelo governo municipal a partir de instituição de leis e regulamentações que os preveem, mas também trazem metodologias tecnológicas, aplicadas em casos reais da gestão urbana. Duas que valem ser citadas são:

- a) “Digital Participatory Platforms” (DPPs – Plataformas Digitais Participativas), que funcionam como um tipo de rede social, na qual os cidadãos interagem por meio de produção de conteúdo voltado ao planejamento urbano, seja com sugestões, feedbacks ou co-criação de soluções práticas, que serão discutidas e analisadas à nível governamental, podendo ser legitimadas e aprovadas em órgãos democráticos de tomada de decisão. O uso dessas plataformas é feito individualmente pelos cidadãos, mas estes podem “*ser influenciados pelos comentários de outros utilizadores se estes forem visíveis publicamente*” (Kleinhans, Falco e Babelon, 2022, p. 15);
- b) “Construção de Mundos”, um método inovador de design que visam a elaboração de um plano futuro de desenvolvimento urbano. Essa metodologia conta com a criação de um mundo virtual, em que os cidadãos e profissionais das áreas de engenharias e arquitetura experienciam essa realidade virtual e opinam, discutindo os elementos para a construção de uma cidade desenvolvida, construindo colaborativamente um modelo/plano a ser aplicado no determinado contexto urbano (Hoffman, 2022).

Outra área da gestão urbana coproduzida explorada pelos teóricos foi a coprodução de serviços de *água e saneamento*, abordada por Moretto *et al.* (2018, p. 3) como o envolvimento dos cidadãos de múltiplas formas, “*desde o endosso de um papel tradicional de “consumidores cativos” até mais papéis participativos ou ativos, ao contribuir para os sistemas tecnológicos que apoiam o consumo de água e o fornecimento de serviços de saneamento.*”.

Os autores ainda trazem a perspectiva de que ao passo que a água é um recurso básico natural, no ambiente urbano ele se torna um recurso produzido mediante sua transformação em serviços de abastecimento de água potável, saneamento e gestão de drenagem. Essa compreensão implica num aspecto social e físico da discussão acerca da distribuição de água e saneamento na gestão urbana, apontando a coprodução como fator de impacto no ambiente. Em

seu estudo, Moretto *et al.* (2018) apresenta diferentes mecanismos de incentivo à coprodução no segmento de abastecimento de água e saneamento, aplicados em cidades do Sul global:

- a) “Small-Scale Operators” (OLPEs - Operadores Locais de Pequena Escala), os quais desenvolvem práticas de coprodução auto-organizadas, constituídas, principalmente, por cooperativas, associações ou organizações territoriais básicas (representações da sociedade civil organizada), atuantes na “*captação (através de poços), distribuição e consumo (direto através de redes de água locais)*” (Moretto *et al.*, 2018, p. 5), sendo incluídas oficialmente na tomada de decisões municipais, o que lhes confere poder de contribuição na determinação da configuração das *Jurisdições* e do ambiente urbano;
- b) “New Urban Areas” (NUA - Novas Áreas Urbanas) funcionam como ilhas autônomas implantadas por entidades do primeiro setor (promotores imobiliários), principalmente em terrenos agrícolas periurbanos, sendo administradas de forma independente. Essa é uma iniciativa incentivada pelo governo municipal, e sua gestão tem caráter participativo, incluindo atores representantes de três partes, a saber, o governo, o promotor imobiliário e os cidadãos. As NUAs possuem sua própria estação de água para pré-consumo e pós-consumo, e apresenta coprodução em suas instalações de água e saneamento;
- c) “Tanzanian National Water Policy” (Política Nacional de Água da Tanzânia), é uma medida governamental atuante principalmente em zonas de baixa renda que desencadeou em larga escala práticas de coprodução no sistema de água das cidades, através de comitês de gestão de água ou mesmo de associações de utilizadores da água, os quais colaboram ativamente em processos decisórios, além de investimento de recursos diversos (como mão-de-obra ou doação de espaço físico) para a perfuração de poços visando o abastecimento de água nas comunidades;
- d) Villages et Ecoles Assainies (VEA – “Aldeias e escolas higienizadas”), é um programa que objetiva o aprimoramento dos serviços de abastecimento de água potável, saneamento e higiene através da colaboração social. Seu funcionamento se dá a partir do envolvimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e membros da comunidade comprometidos com a supervisão e manutenção de poços tradicionais, latrinas e instalações de lavagem de mãos promovidas pelo município, seja mediante captação de recursos físicos/monetários, necessários para a sustentabilidade das instalações, ou mesmo com a prestação do serviço de manutenção.

É válido ressaltar que os autores não se aprofundam na definição e exploração de todos os segmentos apresentados e mencionados nas produções científicas. Primeira questão norteadora respondida, segue-se para a discussão da tipologia de coprodução na gestão urbana.

4.2 Tipologia da Coprodução na Gestão Urbana

Nesta etapa, a condução do estudo levou em conta a matriz 3x4 desenvolvida por Nabatchi *et al.* (2017), a qual relaciona distintos tipos de coprodução alinhados as fases do ciclo do serviço (co-comissionamento, co-design, co-entrega e co-avaliação), com os níveis de participação (individual, grupal e coletivo). Sendo assim, tomando por base os estudos selecionados nesta RSL, uma matriz 3x4 foi elaborada, visando a classificação dos tipos de coprodução praticados no âmbito da gestão urbana (ver Tabela 3).

Quadro 3

Uma tipologia da coprodução na gestão urbana

		FASES DO CICLO DO SERVIÇO		
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega
NÍVEL DE COPRODUÇÃO	INDIVIDUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos, a nível individual, com propostas para construção de plano climático via plataforma digital (A8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Crowdsourcing e elaboração de sugestões para o planeamento urbano via plataforma digital (A1); - Iniciativas auto ordenadas por parte de um cidadão, que promoveu por si só um workshop (A12). 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos colaborando individualmente em água e saneamento, oferecendo mão-de-obra para manter as estruturas (A5).
	GRUPAL	<ul style="list-style-type: none"> - Comitês de água e associações colaborando na identificação de regiões p/ perfuração de poços junto com o Gov. (A5); - ONGs, ativistas e profissionais voluntários realizam o mapeamento de soluções inovadoras para urbanização de favelas (A10). 	<ul style="list-style-type: none"> - Workshops, oficinas, reuniões públicas e fóruns para discussão entre grupos de diversos atores sobre planeamento urbano, nível cidade e bairro (A2, A3, A5 A7 e A8 e A9); - Sessões colaborativas de brainstorming para elaboração do projeto de desenvolvimento urbano futuro (A2) - Participação social via comitês e órgãos comunitários nas fases de planeamento e tomada de decisão (A5); - Processo de planeamento de ocupação de solo envolvendo participação dos cidadãos (A6). 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias contribuem com mão-de-obra para instalação e manutenção do sistema de água; - Formação de grupos de policiamento com a equipe de segurança pública (A4); - Construção de lixões informais, queimando lixo, suprimindo faltas do sistema público de coleta de lixo (A4); - ONG's e entidades comunitárias fazem o abastecimento de água e esgoto; - Reaproveitamento de ocupações subutilizadas e espaços sociais que remodelam o ambiente urbano marginalizados (A10); - Organizações do terceiro setor atuam na gestão da cidade (A11).
	COLETIVA		<ul style="list-style-type: none"> - Realização de monitoramento ambiental, através de reuniões de planeamento e tomada de decisão junto à comunidade (A11). 	

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A matriz acima demonstra uma diversificação no que diz respeito à classificação das ações coproduzidas na gestão urbana. Apesar da localização de ações de coprodução em todas as fases do ciclo do serviço, observa-se uma discussão teórica mais enfática na fase de co-design, a qual foi representada nos três níveis de coprodução avaliados. Dá-se atenção também à fase de co-entrega dos serviços, em que atividades coproduzidas em diferentes frentes da gestão urbana foram identificadas de modo a aprimorar a entrega de serviços básicos do ambiente urbano. A co-avaliação, por sua vez, foi a fase com menos ações de coprodução identificadas no estudo. A matriz possibilita, ainda, a percepção de que o nível coletivo de coprodução é pouco considerado pelos autores, os quais, em sua maioria, retratam enfaticamente a participação civil através de grupos sociais. Ademais, observa-se que os níveis individual e grupal obtiveram boa representatividade. Segue-se a discussão a respeito das ações de coprodução identificadas nesta RSL.

A análise dos artigos identificou diversas ações de coprodução no âmbito do planejamento urbano, que envolvem a participação voluntária da sociedade civil através de metodologias (tradicionais ou inovadoras) como: reuniões comunitárias, workshops, oficinas, fóruns, elaboração de planos de ocupação, sessões de brainstorm além do desenvolvimento de sites interativos e plataformas digitais que possibilitam o fácil acesso do cidadão a um ambiente de sugestões e participação que serão consideradas na elaboração do plano urbano (Hoffman, 2022; Nyseth, Ringholm e Agger, 2019; Derbal e Tachrift, 2022; Parker, Lynn e Wargent, 2017; Satorrasa *et al.*, 2020; Parker, Lynn e Wargent, 2015). Todos esses mecanismos de participação promovem ações de coprodução na fase de co-design, envolvendo representações da sociedade civil na construção de um planejamento urbano participativo e democrático.

As abordagens tradicionais de promoção de coprodução acontecem a nível grupal, reunindo porções da sociedade civil para realização de discussões e tomada de decisão a respeito da condução do ambiente urbano. Já as abordagens inovadoras, a saber, tecnológicas, possibilitam uma contribuição individual do cidadão. Como exemplo disto, Nyseth, Ringholm e Agger (2019, p. 4) estudaram o caso de uma plataforma digital de comunicação que *“utilizou tecnologia de mapeamento interativo que permitiu que os cidadãos publicassem as suas opiniões e sugestões melhorar sua cidade on-line em um mapa virtual”*.

É interessante notar que, em alguns casos, a participação cidadã não foi incentivada puramente por órgãos governamentais, mas os próprios residentes se mobilizaram na organização de eventos, como workshops, para apresentar suas propostas a serem inseridas no planejamento urbano. Hansson (2018, p. 10) trouxe em seu artigo que:

“Um residente local apresentou os seus próprios planos em reuniões locais, enviou-os aos funcionários públicos e afixou-os na estação de bonde. Posteriormente, uma rede local de residentes [...] organizaram seu próprio workshop de diálogo e convidaram funcionários públicos apenas para ouvir.”

Ainda na discussão acerca da coprodução no planejamento urbano, teóricos puderam identificar ações de co-entrega envolvendo outras grandes áreas da gestão urbana, como: abastecimento de água e saneamento, habitação e meio ambiente. Frediani e Cociña (2019, p. 9), observaram comunidades do Paquistão que desenvolvem seu sistema de esgotamento sanitário financiando, gerindo e construindo coletivamente, onde *“os sistemas de esgotos dentro das casas e bairros são desenvolvidos pelas próprias comunidades e estão ligados ao sistema de esgotos “externo” desenvolvido pelo governo local”*.

No segmento da habitação também foram localizadas mobilizações colaborativas que atuam juntamente ao governo no objetivo de desenvolvimento de processos de urbanização de favelas e de ocupação de espaços urbanos inutilizados. No Brasil, mais especificamente no centro da grande São Paulo, Frediani e Cociña (2019) mapearam ações promovidas por

movimentos sociais, os quais legitimam ocupações de edifícios vagos ou subutilizados. Eles entram no edifício e o remodelam coletivamente, visando “*atender às necessidades de habitação de grupos marginalizados e populações desabrigadas,*” conseguindo “*demonstrar que estão trazendo o prédio de volta à legalidade*” (Frediani e Cociña, 2019, p. 11).

A coprodução também foi manifestada na gestão urbana por meio de uma ferramenta reconhecida por Muhamad Khair, N. K., Lee e Mokhtar (2020) como monitorização ambiental, que é um programa desenvolvido junto à comunidade e atrelado ao planejamento urbano, o que o configura como um serviço de co-design, envolvendo planejamento e processo decisório. Esse monitoramento busca promover responsabilidades partilhadas a respeito das questões ambientais da cidade como, por exemplo, o cumprimento da agenda de sustentabilidade urbana.

A ferramenta supracitada conta com “*cidadãos interessados, agências governamentais, indústrias, academia, grupos comunitários e instituições locais*” participando diretamente através de “*reuniões da comunidade para convidar mais sugestões de suas perspectivas e obter aprovação sobre decisões de gestão*”, além da realização de fóruns de feedback, para avaliação do programa governamental e disseminação de informação (Muhamad Khair, N. K., Lee e Mokhtar, 2020, p. 8), o que configura a participação social na fase de co-avaliação. Ademais, a pesquisa identificou a ação de organizações do terceiro setor em prol da *proteção ambiental*, que oportuniza os residentes a se envolverem na causa de forma direta, indicando uma co-entrega de serviços de proteção ambiental. Nesse sentido, aponta-se uma coprodução realizada a nível coletivo, tendo em vista que é um programa aberto a toda a sociedade, mas também a nível grupal, identificado no apontamento dos autores da atuação do terceiro setor.

Na pesquisa desenvolvida por Santorras *et al.* (2020), foram identificadas ações de coprodução no planejamento climático urbano nas fases de co-comissionamento e de co-design. O engajamento da sociedade civil ocorreu por meio de diferentes ferramentas: workshops presenciais, para mapeamento de propostas para construção do planejamento climático urbano, e uma plataforma digital denominada “Decidim”, com o mesmo objetivo. Envolveram “*participantes dos setores público e privado, ONG, escolas e universidades, sindicatos e associações profissionais e cidadãos*”, inclusive participação dos cidadãos leigos (Santorras *et al.*, 2020, p. 4). Um dos entrevistados na pesquisa relata sua participação em ambas as ferramentas, dizendo que:

“antes dos workshops que fui pela primeira vez [à plataforma] ver estas iniciativas, e coloquei algumas e votei também naqueles que gostei (...) depois fui para a oficina e acho que depois da primeira ou da segunda oficina voltei [para a plataforma]” (Santorras et al., 2020, p. 7).

Os resultados apontados inferem uma coprodução a nível individual, em que o cidadão pode fazer sua colaboração de forma particular através da plataforma, e a nível coletivo, mediante participação nos workshops que trabalham em grupos de discussões e debates para elaboração das propostas do planejamento a ser construído.

Parker, Lynn e Wargent (2015) e Parker, Lynn e Wargent (2017) apontam o “Neighbourhood Development Plan” (NDP -Plano de Desenvolvimento de Bairros) como atividade coproduzida amparada pela Lei do Localismo (“Localism Act”), instituída em 2011 na Inglaterra. Por este mecanismo, o governo oportuniza as comunidades locais para influenciar o futuro dos bairros em que vivem, sendo capazes de “*especificar que tipo de desenvolvimento e uso da terra desejam ver na sua área...*”. A literatura apresenta que o planejamento de bairros são iniciativas “*normalmente lideradas por uma pequena equipe de pessoas que agem para conduzir um processo de planejamento liderado pela comunidade...*” e que “*Na maioria dos lugares, era um pequeno grupo de pessoas que foram a principal força por trás do progresso.*” (Parker, Lynn e Wargent, 2015, p. 11). Desse modo, pode-se identificar que a coprodução vivenciada nesse segmento acontece a nível grupal, na fase do co-design.

Nos estudos de Moretto *et al.* (2018) práticas relevantes de coprodução nas fases de co-comissionamento e co-design foram identificadas. Observou-se que, majoritariamente, a coprodução acontece a nível grupal, tendo em vista que as colaborações relatadas acontecem a partir de grupos da sociedade organizada, seja por órgãos (como as OLPEs) por comitês locais, associações de moradores, ou até mesmo por famílias.

Ademais, a fase da co-entrega nos serviços de abastecimento de água e saneamento ficou evidenciada com participações como: engajamento de famílias nos serviços de perfuração de poços para abastecimento hidráulico contribuindo “*com mão-de-obra e doam terrenos para o equipamento necessário*”; participação de ONGs e entidades comunitárias em “*financiar, desenvolver e gerir o abastecimento de água e o serviço de esgoto em áreas urbanas de baixa renda*” além de “*fornecer apoio de um mecânico treinado, muitas vezes um membro da comunidade local*”; os moradores, consumidores finais dos serviços, “*estão envolvidos fornecendo espaço para o furo (do poço), participando na construção e estando disponíveis para o papel de mantenedor do poço*” (Moretto *et al.*, 2018, p. 9-10). A respeito da última citação, pode-se concluir um envolvimento individual do cidadão com a prestação do serviço, ao oferecer sua mão-de-obra não só na construção das estruturas, mas também no acompanhamento e manutenção delas.

Por fim, Croese, Dominique e Raimundo (2021) teorizaram a respeito do que chamam de coprodução do conhecimento urbano. Os autores discutem sobre a relevância da participação social na investigação científica ou na produção de conhecimento para a sustentabilidade urbana, tornando-os inclusivos e relevantes para as necessidades locais. Esse envolvimento capacita os órgãos administrativos da cidade, a partir dos dados indicadores produzidos, a direcionar “*um planeamento urbano e uma elaboração de políticas mais inclusivas, sustentáveis e participativas*” (Croese, Dominique e Raimundo, 2021, p. 1). A proposta da coprodução do conhecimento urbano é, então, unir “*pesquisadores, profissionais, líderes locais, membros da comunidade e estudantes universitários*”, além de representantes de órgãos governamentais, na produção de conhecimento válido para transformação urbana.

Apoiados em indicadores de monitorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a gestão urbana coproduzida foi identificada através do engajamento civil nos segmentos de *gestão de resíduos e segurança pública*, quando os cidadãos de Luanda relataram o costume de “*queimar ou enterrar os seus resíduos ou depositá-los em lixões informais no bairro*”, e os de Maputo afirmaram a iniciativa comunitária “*em torno da segurança, através de grupos de policiamento comunitário*” (Croese, Dominique e Raimundo, 2021, p. 7). Tais ações classificam-se como participação a nível grupal, na fase de co-entrega.

4.3 Desafios da Coprodução na Gestão Urbana

Em todos os artigos identificados na RSL há apontamentos de desafios acerca da coprodução na gestão urbana, indicados de forma direta ou indireta pelos autores. Em primeiro lugar, destaca-se o modelo administrativo responsável pela promoção da coprodução no ambiente urbano, o qual é tratado como engessado ou demasiadamente burocrático, o que limita os cidadãos em sua manifestação de envolvimento colaborativo.

Nyseth, Ringholm e Agger (2019), Moretto *et al.* (2018) e Parker, Lynn e Wargent (2017) classificam a organização da coprodução como sendo um sistema “de cima para baixo”, significando que as leis e regulamentos do município acabam por restringir certas sugestões ou formas de participação dos cidadãos: “*Alguns sentiram que o planeamento dos bairros não tinha proporcionado tanto poder ou controle como esperavam [...] para eles não está claro se o NDP (Planejamento de Bairros) dará realmente mais voz no planeamento e desenvolvimento;*” (Parker, Lynn e Wargent, 2015, p. 13)

Ademais, foi perceptível que, em alguns casos, a governança e a política se misturavam, sendo um fator de constrangimento e de desconfiança para a comunidade, tendo em vista que,

no ambiente da coprodução, havia presença de preferências por grupos sociais específicos, os quais recebiam privilégios no processo de tomada de decisão (Satorrasa *et al.*, 2020; Parker, Lynn e Wargent, 2015; Frediani e Cociña, 2019; Hansson, 2018).

Outro fator limitante da coprodução na gestão urbana, é falta de investimentos financeiros para que tal processo aconteça nas cidades, resultante do desinteresse das autarquias públicas em promover ações de coprodução, o que dificulta a participação social (Muhamad Khair, Lee e Mokhtar, 2020).

Uma outra frequente lacuna encontrada é a não participação da sociedade como um todo, seja por desinteresse ou pela falta de consciência (Kleinhans, Falco e Babelon, 2022; Satorrasa *et al.*, 2020; Hansson, 2018). O baixo resultado da coprodução à nível coletivo comprova a relevância da lacuna abordada acima, atestando que o engajamento da sociedade se dá, na maioria das vezes, a partir de grupos sociais específicos. Além disso, Derbal e Tachrift (2022, p. 22) pontuam que, muitas vezes, *“os cidadãos podem expressar as suas opiniões, mas estas não são tidas em conta”*, o que revela mais um fator que desencoraja a população a participar da gestão urbana coproduzida.

Por fim, outra lacuna válida de se destacar é a sensação da população de falta de preparo para coproduzir, tendo em vista que determinados segmentos exigem, inclusive por lei, certo conhecimento técnico. Parker, Lynn e Wargent (2015, p. 20), ao tratar do Planejamento de Bairros, trouxeram falas de cidadãos que apresentaram esta dificuldade:

“todo o processo é pensado para profissionais; fora do nosso escopo [Entrevistado 57]”, “A comunidade simplesmente não tem conhecimento [Entrevistado 5]”, além de que “As comunidades precisam de assistência significativa para traduzir ideias e teorias para a linguagem do Plano e do planejamento [Entrevistado 1]”.

Diante das análises expostas e percebendo a complexidade das cidades, o presente estudo acentua a importância de uma sociedade engajada na construção de um ambiente digno, indicando a coprodução como uma estratégia eficaz e pertinente para o alcance do bem-estar social.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou compreender o envolvimento da sociedade civil na gestão urbana à luz da coprodução, através da condução de uma Revisão Sistemática da Literatura, que considerou 12 artigos para análise. Com base no mapeamento teórico acerca dos segmentos da gestão urbana que apresentavam evidência de ações de coprodução, foi possível uma compreensão mais completa não só acerca das práticas de coprodução realizadas, mas também da gestão urbana. Apesar da diversidade de esferas apresentadas, o estudo interpreta que as diferentes áreas da gestão urbana não foram contempladas de forma satisfatória na construção teórica dos artigos avaliados, pois foram apresentadas de forma superficial, o que se apresenta como uma limitação.

Ademais, o desafio da subjetividade conceitual da gestão urbana também se apresenta como um fator limitante para a elaboração do estudo. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros realizem um levantamento teórico da gestão urbana e de seus segmentos, constituindo uma fundamentação que abarque a complexidade do construto em questão. Além disso, considera-se viável a inserção dos serviços urbanos convencionais, tais como saúde e educação, nos segmentos da gestão urbana, visto que são grandes áreas de prestação de serviço público, as quais estão sob responsabilidade da gestão de cidades.

A respeito do envolvimento da sociedade civil à luz da coprodução, a literatura apresentou bons resultados, demonstrando diferentes formas de participação voluntária na gestão urbana. Por meio da tipologia de Nabatchi *et al.* (2017) foi possível identificar ações de coprodução em todas as fases do ciclo do serviço, destacando-se a fase de co-design, sendo ela a única a ter representação nos três níveis de envolvimento. No entanto, as fases de co-

comissionamento e co-entrega também obtiveram resultados positivos. Quanto aos níveis de coprodução, os resultados apontaram o nível grupal como destaque, o qual conteve maior parte dos resultados. Ao contrário, o nível coletivo de participação demonstrou deficiências, com apenas um exemplo de ação coproduzida. Dessa forma, a lacuna percebida por este estudo indica uma área de investimento em coprodução neste nível de participação, tendo em vista uma melhor representatividade da sociedade civil e maior atuação da coprodução.

O estudo ainda propôs o levantamento dos desafios da coprodução na gestão urbana, possibilitando melhor visualização dos resultados identificados nos artigos analisados. Dessa forma, o presente artigo contribui para a construção teórica do tema, analisando e identificando os tipos de coprodução que acontecem no contexto urbano, além de mapear os desafios que servem como barreira para a prática da coprodução. Portanto, órgãos públicos de gestão municipal e a sociedade como um todo podem ser beneficiados por este conhecimento desenvolvido, adotando práticas colaborativas que aprimorem os serviços públicos prestados nas cidades e, assim, construir um ambiente mais participativo e democrático.

Como limitação do estudo, entende-se que, por ser uma temática recente, a literatura ainda se encontra em fase de desenvolvimento. Por essa razão, um número reduzido de artigos pôde ser incluído para revisão e investigação. Para pesquisas futuras, propõe-se a aplicação de estudos de casos que visem a identificação da gestão urbana coproduzida na prática, visando suprir as lacunas que foram apontadas, expandindo horizontes práticos e teóricos, tanto para a academia como para os atores proponentes da coprodução na gestão urbana.

6 REFERÊNCIAS

- Benevides, M. V. de M. A cidadania ativa (1998). (3ª ed.) São Paulo: Ática.
- Caldas, P. T., & Cavalcante, C. E. (2023). Praticando a cidadania: criação e validação de uma escala de mensuração. *Cadernos EBAPE. BR*, 21, e2022-0132.
- Croese, S., Dominique, M., & Raimundo, I. (2021). Co-producing urban knowledge in Angola and Mozambique: towards meeting SDG 11. *Urban Sustainability*, 1(1), 8.
- Derbal, K., & Tachrift, A. (2022). La participación ciudadana en la planificación local y urbana en Argelia. *Estudios demográficos y urbanos*, 37(1), 121-156.
- De Souza Silva, A. L. (2023) Cidadania ativa, participação política e seus obstáculos. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 1(1), 1-10.
- Frediani, A. A., & Cociña, C. (2019). 'Participation as planning': Strategies from the south to challenge the limits of planning. *Built Environment*, 45(2), 143-161.
- Granjeiro, E. L. de A. (2019). *Análise das políticas de gestão urbana e de recursos hídricos à luz dos princípios de governança: bacia hidrográfica do rio Paraíba e do município de Campina Grande no período de 1996 a 2018*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.
- Gouveia Júnior, A., Bezerra, J. C. V., & Cavalcante, C. E. (2023). Tipologias de coprodução do bem público: estado da arte e agenda de pesquisa. *Gestão & Regionalidade*, 39, e20237667-e20237667.
- Guarinello, N. L. (2016). Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, p. 29–48.
- Hansson, S. (2018). The role of trust in shaping urban planning in local communities: The case of Hammarkullen, Sweden. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, (40), 83-99.
- Hoffman, J. (2022). Toward Civic Co-production: Using Worldbuilding to Go Beyond Participation in Urban Planning and Enact More Equitable Cities. *Frontiers in Sustainable Cities*, 4, 907541.
- Ismail, M., & Wilhelmsson, M. (2024). Redefining Stockholm: examining the consequences of urban development on socioeconomic factors and affordability. *Journal of Housing and the Built Environment*, 1-21.

- Jacobi, P. R., & Sinisgalli, P. A. D. A. (2012). Governança ambiental e economia verde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6), 1469-1478.
- Jazar, M. M., & Ultramari, C. (2024). Cidades e literatura: um ensaio tipológico para um vazio investigativo. *Territorios*, (50).
- Kleinhans, R., Falco, E., & Babelon, I. (2022). Conditions for networked co-production through digital participatory platforms in urban planning. *European Planning Studies*, 30(4), 769-788.
- Koga, D. (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. (1 ed.) São Paulo: Cortez.
- Llamosa, D. F. (2023). La urbanía compleja frente al paradigma modernista: Multiversidad mundo real. *Revista Nodo*, 18(35), 6-19.
- Moretto, L., Faldi, G., Ranzato, M., Rosati, F. N., Ilito Boozi, J. P., & Teller, J. (2018). Challenges of water and sanitation service co-production in the global South. *Environment and Urbanization*, 30(2), 425-443.
- Mostagi, N. C., & Mansano, S. (2019). Gestão Urbana e Sustentabilidade: A Construção do Ideal de uma Cidade Verde. *Gestão & Regionalidade*, 35(103), 100-119.
- Muhamad Khair, N. K., Lee, K. E., & Mokhtar, M. (2020). Sustainable city and community empowerment through the implementation of community-based monitoring: A conceptual approach. *Sustainability*, 12(22), 9583.
- Nabatchi, T., Sancino, A., & Sicilia, M. (2017). Varieties of participation in public services: The who, when, and what of coproduction. *Public administration review*, 77(5), 766-776.
- Nyseth, T., Ringholm, T., & Agger, A. (2019). Innovative forms of citizen participation at the fringe of the formal planning system. *Urban Planning*, 4(1), 7-18.
- ONU. Organização das Nações Unidas (Brasil). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, (2015). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>>. Acessado em out. 2023.
- Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. *World development*, 24(6), 1073-1087.
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., ... & Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *Bmj*, 372(71).
- Parker, G., Lynn, T., & Wargent, M. (2015). Sticking to the script? The co-production of neighbourhood planning in England. *Town Planning Review*, 519-536.
- Parker, G., Lynn, T., & Wargent, M. (2017). Contestation and conservatism in neighbourhood planning in England: reconciling agonism and collaboration?. *Planning Theory & Practice*, 18(3), 446-465.
- Satorras, M., Ruiz-Mallen, I., Monterde, A., & March, H. (2020). Co-production of urban climate planning: Insights from the Barcelona Climate Plan. *Cities*, 106, 102887.
- Salm, J. F. (2014) Coprodução de bens e serviços públicos. In: de Freitas Boullosa, R. *Dicionário para a formação em gestão social*.
- Santos, M. (2006). O papel ativo da Geografia. Um manifesto. *Revista Tamoios*, 2(1).
- Schommer, P. C., & Tavares, A. D. O. (2017). Gestão social e coprodução de serviços públicos. *Fundação Demócrito Rocha*, UANE. Fortaleza.
- Silva, M. V. G. D., & Procopiuck, M. (2019). *A produção científica sobre gestão urbana: análise bibliométrica de 2010 a 2017*. EURE (Santiago), 45(136), 279-293.
- Sousa, C. P., & Qualharini, E. L. (2023) Gestão urbana e mobilidade urbana sustentável: o transporte público coletivo no município de Cabo Frio-RJ. (pp. 1-5). In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Teresina, PI, Brasil.
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence: Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14, 207-222.